

Educação **O ensino fundamental**

A passos lentos, a Câmara dos Deputados vem aprovando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. Entre os pontos validados esta semana está a manutenção do ensino fundamental em oito anos. Com um pequeno senão: o ensino fundamental está dividido em duas fases, a primeira delas de cinco anos. Concluída essa fase, o aluno receberá um certificado de conclusão. Terá outro diploma ao final dos três anos seguintes.

Assim, foram decretadas etapas no que é apresentado como "fundamental". Dispensado o respeito que as palavras merecem, só se pode concluir que os deputados se curvaram diante da realidade perversa: o mercado de trabalho brasileiro absorve um impressionante contingente de menores entre 10 e 14 anos. Assim, criaram-se condições para que esses menores tenham um "diploma". Se essa foi a intenção, caminha em sentido contrário a tudo o que o mundo desenvolvido vem fazendo em Educação.

No rol dos países desenvolvidos, o que conta hoje são recursos humanos capacitados a absorver novas tecnologias, condição para que o país tenha respostas prontas para enfrentar a competição em qualquer campo. Para os que preferem pensar em termos de exemplos práticos, que fazem Japão e Coréia quanto ao ensino básico? Reduzem o período em que o estudante e seu pai obtêm o diploma "aval burocrático" ou, ao contrário, aumentam a carga horária e o conteúdo programático exigido nesse grau? Adotam a segunda opção! Segundo relatório do World Economic Forum (WEF), o Brasil é o 11º país em nível de alfabetização da mão-de-obra, o 12º em treinamento de mão-de-obra nas compa-

nhas, o penúltimo na relação entre preço e qualidade de produto e o último no item "lucratividade das empresas". Quanto da baixa escolaridade da mão-de-obra é responsável por esses índices?

Os senadores que vão depois também discutir a LDB devem ter presente que em dezembro último, ao investigar por que os 85 cursos profissionalizantes que oferecia aos empregados estavam dando resultados muito inferiores aos esperados, a diretoria de recursos humanos da Autolatina relacionou o problema com as deficiências do ensino básico: dos 41 mil funcionários registrados no programa de capacitação, 26 mil não haviam completado o ensino fundamental (isto é, oito anos, de verdade), enquanto 3,7 mil não tinham chegado nem à quarta série do ciclo. A conclusão é enfática: "(...) o funcionário de baixa escolaridade tem um limite para absorver novas tarefas". Por outros meios, a Autolatina referendou o nosso passivo detectado pelo WEF.

Entre outros pontos especialmente preocupantes da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à espera de um sério debate no Senado, este falso ensino fundamental de oito anos talvez seja o mais grave.

ESTADO DE SÃO PAULO

30 ABR 1993

